



Número: **1092747-29.2024.4.01.3400**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **4ª Vara Federal Cível da SJDF**

Última distribuição : **14/11/2024**

Valor da causa: **R\$ 16.455.588,42**

Assuntos: **Multas e demais Sanções**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado		
EDP SAO PAULO DISTRIBUICAO DE ENERGIA S.A. (AUTOR)		MARCELO REINECKEN DE ARAUJO (ADVOGADO)		
AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELETRICA - ANEEL (REU)				
Documentos				
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo	Polo
2160774220	28/11/2024 19:20	<a href="#">Decisão</a>	Decisão	Interno



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
**Seção Judiciária do Distrito Federal**  
4ª Vara Federal Cível da SJDF

**PROCESSO:** 1092747-29.2024.4.01.3400

**CLASSE:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

**POLO ATIVO:** EDP SAO PAULO DISTRIBUICAO DE ENERGIA S.A.

**REPRESENTANTES POLO ATIVO:** MARCELO REINECKEN DE ARAUJO - DF14874

**POLO PASSIVO:** AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELETRICA - ANEEL

**DECISÃO**

Cuida-se de ação anulatória pelo procedimento comum na qual se objetiva o deferimento do pedido de tutela de urgência para determinar: (i) a imediata suspensão da exigibilidade da multa aplicada pela ANEEL à EDP SP no 48500.000647/2024- 11; (ii) a intimação da ANEEL, para que se abstenha de adotar qualquer medida coercitiva para a cobrança da multa em face da EDP SP, incluindo a inscrição no sistema de inadimplentes da ANEEL, bem com inscrições em Dívida Ativa ou no CADIN; (iii) seja garantido à Autora a emissão de certidão negativa de débitos fiscais, ou, alternativamente, certidão positiva com efeitos de negativa; e (iv) após a concessão da liminar, requer seja expedido ofício com urgência, para que a ANEEL adote imediatamente as providências pertinentes, sob as penas legais, inclusive multa diária por descumprimento da ordem, a ser fixada por esse eminente Juízo.

Considerando o seguro garantia ofertado (id 2160277887), **DEFIRO o pedido de tutela** para suspender a exigibilidade da multa aplicada pela ANEEL à EDP SP no 48500.000647/2024- 11. Determino que a ANEEL se abstenha de adotar qualquer medida coercitiva para a cobrança da multa em face da EDP SP, incluindo a inscrição no sistema de inadimplentes da ANEEL, bem com inscrições em Dívida Ativa ou no CADIN. Determino, ainda, a expedição de Certidão Positiva com Efeito de Negativa em favor da autora.

Intime-se o autor acerca da presente decisão. No mesmo ato, intime-se a ANTT para cumprimento da presente decisão no prazo de 05 (cinco) dias.

Aguarde-se o prazo para contestação.

Com a Contestação, intime-se a parte autora para réplica, devendo indicar provas adicionais que deseje produzir. Prazo de 15 dias.



**Datada e assinada Eletronicamente**

